

## A democracia, o diálogo e o espaço do outro

*Democracy, dialogue and the other spaces*

Impossível escrever esse editorial sem pensar no momento cultural, social e, principalmente, político em que vivemos. Em um país marcado por tantas desigualdades sociais, que criam abismos e hiatos, que inviabilizam o diálogo, lembramos da questão do saber, poder e verdade presente na genealogia foucaultiana que extrapola o poder do Estado manifestando-se nas relações sociais que tecem toda a sociedade. Na capilaridade geográfica de nosso país podemos testemunhar a dimensão espacial do poder e sua visão ontológica organizacional.

Neste momento, propomos a reflexão acerca do povo e seu poder, ou seja, a democracia. A democracia é o regime político em que a soberania é exercida pelo povo constituído por um conjunto de cidadãos que exercem o sufrágio universal (sufrágio do latim *suffragium*, voto). O sufrágio universal está presente na Constituição da República Federativa do Brasil, artigo 14, capítulo IV de 1988<sup>1</sup>, onde reza que “a soberania popular será exercida pelo sufrágio universal e pelo voto direto e secreto, com valor igual para todos, e nos termos da lei, mediante: I- plebiscito; II – referendo; III – iniciativa popular”.

Para Japiassú e Marcondes (2001<sup>2</sup>) podemos pensar essa forma de poder de três formas: a democracia direta onde o poder é exercido pelo povo, sem intermediário; a democracia parlamentar ou representativa onde o povo delega seus poderes a um parlamento eleito ou democracia autoritária onde o povo delega a um único indivíduo, por determinado tempo, ou vitaliciamente, o conjunto de poderes.

A reflexão a respeito da democracia, e suas formas de exercício de poder, deveria ser larga e profunda levando os cidadãos para um debate rico e profícuo que produzisse frutos que fossem colhidos ao longo de nossas vidas. Desta forma, a proposta reflexiva aqui é: que tipo de democracia queremos? Uma boa resposta a essa questão é que “nós estamos ainda no

---

<sup>1</sup> BRASIL. **Constituição** (1988): constituição da república federativa do Brasil. Brasília: Senado Federal: Centro Gráfico, 1988. 292 p.

<sup>2</sup> JAPIASSÚ, H.; MARCONDES, D. **Dicionário básico de filosofia**. 3. ed. ampl. rev. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2001. Disponível em: <[http://raycydio.yolasite.com/resources/dicionario\\_de\\_filosofia\\_japiassu.pdf](http://raycydio.yolasite.com/resources/dicionario_de_filosofia_japiassu.pdf)>. Acesso em: 25 out. 2018.

processo de aprender como fazer democracia. E a luta por ela passa pela luta contra todo tipo de autoritarismo” (FREIRE, 2000, 136<sup>3</sup>).

As palavras de Paulo Freire reverberam... se estamos no processo de aprender democracia podemos entendê-la como um ato educativo. Ato educativo, ato de educação, ação educativa... Ação contrária à passividade, ação pela qual o indivíduo é a causa modificante de si e o do meio físico que o circunda. A democracia como ato educativo seria vista no conjunto de nossas práticas diárias de cidadãos.

Só querer o ato não é suficiente. É necessário canais de mediação para que aconteça essa práxis: a família, a escola, os grupos sociais, a universidade, os espaços institucionalizados, a sociedade civil organizada, a biblioteca, o arquivo, o museu, a praça, o jardim, a igreja, as brincadeiras infantis, os conventos, os mosteiros, os bares, as conversas com os amigos.... ou seja, todos os ambientes e espaços possíveis e imagináveis.

Mas, enquanto esse dialogismo não “é” podemos pensar na heterotopia, proposta por Foucault no texto *Outros Espaços*<sup>4</sup>, enquanto conceito para demonstrar o espaço do outro que foi esquecido na cultura ocidental. Afastamos o outro, a diferença, a multiplicidade. Pensar a heterotopia é resgatar como o filósofo o espaço do outro, resgatar o espaço do mesmo.

Pensar a biblioteca como uma heterotopia é o que os autores nos possibilitam neste número da revista.

Maria Isabel Soares Feitoria e Maria do Carmo Caetano apresentam o artigo “Espaços e ações das Bibliotecas Escolares no âmbito do Plano de Ações Articuladas (PAR) do Município de Dourados, MS” onde analisam a condução PAR no que diz respeito a infraestrutura física e pedagógica das bibliotecas escolares da rede municipal de ensino tendo como considerações que as diversas ações resultaram na melhoria da qualidade das bibliotecas, ampliando e construindo novos espaços.

Ada Miriam Cabral e Rodrigo Pereira apresentam o artigo “Políticas públicas para a biblioteca escolar e o fortalecimento da identidade regional brasileira: as contribuições do PNBE”. Artigo que trabalha com o Programa Nacional Biblioteca da Escola (PNBE) mostrando questões sobre o desenvolvimento de coleções proposto pelo programa.

<sup>3</sup> FREIRE, P. **A educação na cidade**. 4.ed. São Paulo: Cortez, 2000.

<sup>4</sup> FOUCAULT, M. **Estética**: literatura e pintura, música e cinema. 2. ed. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2009. Ditos e escritos III. Disponível em: <<http://abdet.com.br/site/wp-content/uploads/2015/02/Ditos-e-escritos-III-Est%C3%A9tica.pdf>> . Acesso em: 3 out. 2018.

Rosemari Pereira dos Santos Alves e Rovilson José da Silva escreveram o artigo “Vlogs e o incentivo à formação de leitores” destacando o movimento transmidiático, o conteúdo on-line e os vlogs (tipo de blog onde o conteúdo predominante são vídeos). Apresentam os vlogs como um importante instrumento de incentivo à leitura podendo ser utilizado pela biblioteca escolar.

Bernadete Santos Campello e Eduardo Valadares da Silva assinam o artigo “Subsídios para esclarecimento do conceito de livro paradidático” que busca esclarecer controvérsias a cerca do conceito, demonstrando resultados interessantes e importantes sobre o termo paradidático.

Artigos que dialogam com nossa proposta de reflexão: a democracia como um ato educativo e a biblioteca uma heterotopia por excelência.

Deise Maria Antonio Sabbag  
Editora